

AS INFLUÊNCIAS DO BANCO MUNDIAL NA POLÍTICA EDUCACIONAL: O FOCO NA EDUCAÇÃO E NA REGULAÇÃO SOCIAL

Caroline Mari de Oliveira

Resumo:

Este artigo tem por objetivo analisar o papel social da educação concebida como uma estratégia política e uma variável econômica capaz de impulsionar o desenvolvimento e a redução da pobreza na perspectiva das agências internacionais da Organização das Nações Unidas - ONU, em especial, o Banco Mundial. Para tanto, optamos compreender apenas um dos documentos orientadores das políticas educacionais brasileiras de uma destas agências, sendo este o documento produzido pelo Banco Mundial “*Prioridades y estrategias para la educación*”, publicado em 1996. Além disso, no documento selecionado realizamos uma análise das concepções: equidade, qualidade, eficiência, eficácia, autonomia e educação como meio para aliviar a pobreza. Este estudo, a partir do referencial histórico e dialético, possibilitou o entendimento da proposição da educação como política social para o alívio da pobreza dos países considerados em desenvolvimento e como ocorre a regulação social dos pobres como estratégia para cumprir com a agenda globalmente estruturada a partir do contexto de reestruturação produtiva.

Palavras-chave: Banco Mundial; Políticas educacionais; Educação; Regulação social; Pobreza.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo analisar um dos documentos orientadores das políticas educacionais brasileiras a partir da década de 1990: “*Prioridades y estrategias para la educación*”¹ elaborado pelo Banco Mundial. Este documento foi publicado pela primeira vez na versão inglesa em 1995 e a versão em espanhol foi publicada em 1996. Portanto, as referências que serão colocadas neste texto correspondem ao documento publicado na versão em espanhol no ano de 1996.

A análise tem o propósito de evidenciar os principais elementos de política social relacionado às políticas de caráter neoliberal, implementadas no Brasil, principalmente, a partir da década de 1990, no qual consubstancia o objeto articulado com o cenário histórico

¹ Traduzido para a língua portuguesa refere-se a Prioridades e Estratégias para a Educação.

mundial em que prevalece a mundialização do capital, as transformações sociais decorrentes da crise estrutural do capital e da solução encarregada pela reestruturação produtiva da economia (ALVES, 1999). Estas ações garantem o tratamento da questão social pelo viés hegemônico e legítima estratégias de regulação social por meio da educação com foco na Educação Básica.

A partir da década de 1990, o Brasil juntamente com países que compõem a América Latina e Caribe, se estruturaram à ordem neoliberal focalizando suas prioridades na Educação Básica que atende à crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade nos países considerados em desenvolvimento, principalmente, com a estratégia de aliviar a pobreza decorrente das relações de produção capitalistas.

O estudo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principal referencial teórico o materialismo histórico e dialético. Netto (2003) ainda destaca que é fundamental estabelecer diálogo com pensadores não marxistas, e é o que a análise do documento deste texto delineará para a compreensão do protagonismo das agências internacionais na política educacional brasileira.

Portanto, o objeto do presente estudo que são as influências do Banco Mundial na regulação social e alívio da pobreza por meio da educação não pode ser deslocada da política macroeconômica, em que questiona a lógica do capital a partir de um aporte teórico-metodológico que articula o objeto de estudo ao cenário histórico, político, ideológico, econômico e cultural de referência (década de 1990). Entendemos que o mesmo não deve ser compreendido como uma relação mecânica de causa e efeito, mas ao contrário, buscamos apreender o cenário referenciado para subsidiar a investigação do objeto que não se desliga das relações sociais e históricas produzidas pelos sujeitos sociais no cenário de referência que subsidia a investigação do objeto (NOMA, 2010, p. 55).

O presente artigo constituiu-se em duas partes fundamentais para a compreensão da temática, além de conter em seu desenvolvimento explicitações de termos muito recorrentes a partir da disseminação do consenso ideológico do capital, tais como: equidade, eficiência e eficácia, qualidade, autonomia e educação. No primeiro momento, abordamos as reformas orientadas por agências internacionais após a década de 1990 e seu engendramento no Brasil no que tange a adoção de modelos administrativos na gestão das políticas públicas educacionais congruentes à dinâmica econômica internacional.

No segundo momento, analisamos o documento “*Prioridades y estrategias para la educación*” (BANCO MUNDIAL, 1996), destacamos alguns termos para compreender como este documento propõem a educação como política social de alívio a pobreza dos países

considerados em desenvolvimento, como o Brasil, articulando suas orientações para estes países no cumprimento com a agenda globalmente estruturada, como nos explicita Dale (2004).

Contudo, ao longo de todo o artigo debatemos sobre a educação dentro da totalidade social dos países em desenvolvimento por meio das influências das agências internacionais tomando a educação como estratégia político-ideológica e econômica para promover a regulação social e adequar os novos sujeitos às modernidades veementes do século XXI.

1. Educação e reestruturação capitalista: a adequação a agenda globalmente estruturada

Diante dos desdobramentos da Reforma no Estado e na Educação a partir da década de 1990 no Brasil, a educação, passa a ser estratégia para regulação social, combate a pobreza e vista por meio do âmbito econômico (LEHER, 1998). Estas estratégias foram colocadas na pauta da agenda das políticas educacionais, por conta da relação com políticas econômicas de ajustes estruturais que eram necessários no contexto de reestruturação do capital e globalização da economia².

Na perspectiva de Fonseca (1998), o contexto das políticas da década de 1990 é articulado com amplas questões. Corroborando com essas questões, o Banco Mundial, desde a década de 1960, assumiu um papel político por meio da determinação da agenda política dos países membros. Inspirando estreita relação internacional com esses países por meio de uma lógica funcionalista instituída pela ordem internacional, articulando cooperação ao setor social por meio de sugestões das políticas a serem aceitas pelos países credores.

Também delimitou princípios de sustentabilidade, justiça e igualdade social, por meio dos seguintes objetivos: combate a pobreza, mediante promoção da equidade, em destaque a saúde e a educação; busca de eficiência na condução de políticas públicas, cuja medida seria pela relação econômica custo-benefício eficiente e eficaz; busca por modernização administrativa dos diferentes setores sociais e econômicos por meio de políticas descentralizadas que aspirem a participação e autonomia da sociedade civil na condução dos serviços sociais.

² Para compreender como se firmaram a interrelação entre educação e economia, no que tange as mudanças na dinâmica do processo de reestruturação capitalista não somente no modo de produzir, mas de organizar a sociedade, ver Oliveira (2000); Leher (1998); Perrude e Lara (2010) e entre outros teóricos.

Um conceito que frequentemente aparecerá nas políticas, ações e documentos do Banco Mundial é o termo equidade, que substituiu o termo igualdade, porém são interpretadas pela agência como equivalentes. Fonseca (1998) evidencia que o conceito equidade passa a ser o grande princípio orientador das políticas educacionais propostas para os países em desenvolvimento com contingentes de população pobre. Leher (1998) corrobora que todo indivíduo que for incluído socialmente pela escola, terá condições de “[...] disputar, com chance, um emprego” (LEHER, 1998, p. 9) o que implica o fator da equidade social. Contudo, o consenso que foi apregoado por agências internacionais e, consentidas pela sociedade civil evidencia o que Pereira (2009) afirma sobre o Banco Mundial atuar como ator não só financeiro, mas político e, sobretudo, ideológico.

Oliveira (2000) assinala que o Banco Mundial passou a acreditar que a Educação Básica poderia contribuir para a contenção da pobreza, via redução do analfabetismo, redução das taxas de natalidade que acompanha ao forte discurso da importância de se educar mulheres e meninas, bem como, inseri-las no mercado de trabalho.

Entende-se que esta agência multilateral de caráter financeiro tinha a preocupação de reduzir as taxas de analfabetismo e pobreza, buscar harmonia social e diminuir possibilidades de conflitos sociais. A agência deixou de direcionar investimentos em infraestrutura e crescimento econômico para propulsar investimentos em setores sociais e orientar a reforma das políticas sociais nos países em desenvolvimento. Por meio do discurso da equidade e redução da pobreza, o Banco Mundial tinha a intenção de inserir os pobres no mercado de trabalho e a educação passaria a ser instrumento para a empregabilidade (FRIGOTTO, 2002) passando ao Estado a responsabilidade de investir nos serviços sociais básicos direcionados aos pobres, como saúde, educação, nutrição visando a equidade social, isto é, proporciona-se todos esses serviços para que todos tenham a mesma oportunidade de ascensão social, porém, não é isso o que as condições das relações produtivas nos permitem entender.

Acompanhando as discussões que intensificaram a necessidade de fazer reformas no Brasil, a educação deve ser considerada para desempenhar importante papel em relação as demandas econômicas do contexto de globalização capitalista. Oliveira (2000) acrescenta que essas mudanças educacionais adotaram o mesmo princípio da administração que o Estado adotou, implicando em mudanças na formulação, implementação e gestão nas políticas educacionais.

A reforma das políticas educacionais deixou de ser a busca por educação que atendia aos objetivos de progressos técnicos e industrial das décadas de 1950, 1960 e 1970 para

passar a ser focalizada na Educação Básica adequada aos padrões de empregabilidade acompanhando o processo de reestruturação capitalista (OLIVEIRA, 2000).

A Educação Básica passou a ser centralizada nas políticas sociais, porque estava intimamente relacionada com a possibilidade dos indivíduos terem acesso ao mercado de trabalho, definindo assim, os princípios defendidos pelo Banco Mundial, a saber, equidade social, principalmente, no que tange a ampliação da escola para que quando os indivíduos formados por ela, possam ter oportunidades iguais de serem inseridas no mercado de trabalho e em um sistema econômico e social perverso.

Vale lembrar que o planejamento, a implementação e a execução das políticas sociais deveriam atender ao processo de reestruturação capitalista, portanto, o neoliberalismo passou a fazer parte das políticas sociais focalizadas na educação brasileira por meio das orientações advindas das agências multilaterais ligadas ao sistema ONU. Por isso, Marrach, citado por Antunes de Sá (2004) ressalta que:

[...] o neoliberalismo está na base das atividades do FMI, do Banco Mundial, dos grandes conglomerados e das corporações internacionais. A liberdade que postula é a liberdade econômica das grandes organizações, desprovida do conteúdo político democrático proposto pelo liberalismo clássico (MARRACH, 1996, p. 42-43 apud ANTUNES DE SÁ, 2004, p. 58).

Essa citação explica que as políticas educacionais brasileiras passariam por reformas que implicaria na adoção do ideário neoliberal às suas práticas, contudo, visaria a formar um novo cidadão para acompanhar as transformações da sociedade capitalista. Cidadão este, que seria chamado pelos documentos internacionais de “cidadão moderno”, no qual está relacionado à competitividade e a adequação dos indivíduos aos processos de reestruturação capitalista.

A partir do pressuposto dos cidadãos dominarem os códigos da modernidade acompanhando as transformações da sociedade capitalista centraliza-se a Educação Básica afirmando o mínimo dos conhecimentos de conteúdos compatíveis a inserção no mercado de trabalho, subsídios para a participação cidadã na sociedade e, sobretudo, como agente de alívio à pobreza, ou seja, instrumento que propicia melhor distribuição de renda a população mais vulnerável (OLIVEIRA, 2000).

2. As influências do Banco Mundial na política educacional brasileira

Seguindo o objetivo deste texto em que propomos analisar o documento advindo de uma das agências internacionais, o Banco Mundial, consideramos importante pensar o contexto da década de 1990 referente as influências destas, ressaltando que no final da década de 1980 a América Latina e Caribe, diante da crise da dívida externa e das medidas econômicas adotadas pelos países desenvolvidos, participou do Consenso de Washington, em 1989, no qual foram propostas medidas para elaboração de políticas de ajuste, a saber, estratégias econômicas para obter apoio político e econômico de países centrais e agências internacionais acompanhadas de reformas no Estado e educação de cunho liberalizante (SOARES, 2003).

Assim toda a gama de reuniões, consensos, publicações de declarações e documentos repercutidos no final da década de 1980 e início da década de 1990, tinham o propósito de evidenciar a sua articulação com estratégias de construção da agenda globalmente estruturada para a educação na década de 1990 (DALE, 2004).

As orientações a serem seguidas pelas políticas educacionais foram iniciadas efetivamente a partir da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em 1990, sendo convocada por agências internacionais como UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial.

Oliveira (2000) destaca que dessa conferência resultou a Declaração Mundial de Educação para Todos e os consensos que deveriam constituir as bases dos planos decenais de educação dos países signatários, entre eles o Brasil. Após a realização desta conferência e publicação da Declaração, a preocupação passou a ser dirigida a educação como instrumento de equidade social, para tanto foi realizado em Nova Delhi, Indonésia, em 1993, a Declaração de Nova Delhi (1993). Esta declaração é uma revalidação dos consensos adquiridos em Jomtien (1990). Portanto, a partir da realização destas duas conferências passam a ser traçadas a política educacional dos países considerados em desenvolvimento.

Dentre as agências envolvidas estão as agências vinculadas ao sistema ONU criadas na Conferência de Bretton Woods. É importante lembrar que as ingerências nas políticas educacionais por mediações das agências internacionais não ocorrem somente na América Latina, mas também em regiões menos desenvolvidas e com grande contingente de pobreza ao redor do mundo³.

³ O Banco Mundial agrupa os países de baixo e médio ingresso escolar segundo a definição feita pelo Departamento de Economia Internacional do Banco em seis regiões: África do Sul e Sahara, Ásia oriental e o Pacífico, Europa e Ásia Central, América Latina e Caribe, Oriente Médio e Norte da África e Ásia Meridional.

No contexto da globalização econômica é necessário refletir não somente na presença marcante das agências internacionais no processo de elaboração de políticas educacionais nos países latino-americanos, mas também as conferências e os documentos que delas são advindas, abordando temas diversos na constituição da pauta da agenda globalmente estruturada para a educação. Assim, a autora salienta que “uma conferência ou reunião internacional patrocinada por um organismo internacional constitui um espaço de articulação e de relações de poder entre Estados sobre as orientações de políticas de dimensões contraditórias” (SILVEIRA, 1999, p. 2).

Considerando a relevância das diversas conferências e documentos ligados as agências do sistema ONU, no presente estudo destacamos apenas o Banco Mundial e seu principal documento. É cabível, neste momento, explicitar os motivos da escolha desta agência em virtude da importância de outras duas agências como a CEPAL e a UNESCO e, sobretudo, seus documentos direcionados à educação.

Contudo, optamos para este artigo analisar apenas um documento orientativo das políticas educacionais brasileiras, a saber: “*Prioridades y estrategias para la educación*” do Banco Mundial (1996). O Banco Mundial, agência que assume liderança juntamente com outras agências multilaterais de financiamento⁴ no processo de renegociação da dívida dos “países em desenvolvimento”, mediados por uma série de “[...] condicionalidades econômico-financeira e político-ideológicas circunscritas aos planos de empréstimos para os ajustes estruturais e setoriais” (FIGUEIREDO, 2009, p. 1124).

Fonseca (1996) afirma que até 1960 o Banco Mundial pautava seu projeto de desenvolvimento a partir do alcance de metas para o crescimento econômico. No entanto, no final da década de 1960 esse conceito de desenvolvimento mudou, pois se considerava que o crescimento econômico era resultado das concentrações mais modernas de riqueza e economia, que por sua vez, não atingia as populações marginalizadas economicamente.

Diante dessa prerrogativa, o Banco previa a necessidade de atuar no “centro do problema”, ou seja, atuar nas causas do problema que nesse caso seria o aumento descontrolado da pobreza nos países periféricos. Porém, o que foi detectado como causa pelo Banco Mundial, nada mais é do que consequência da internacionalização do capital⁵. Para tentar reduzir a pobreza, elege-se o setor da educação como principal instrumento de alcance

⁴O Banco Mundial assume a liderança proposta acima juntamente com outros organismos multilaterais de financiamento tais como o FMI, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (FIGUEIREDO, 2009).

⁵ Ver Mészáros (2006).

ao desenvolvimento econômico sustentável. Atribuindo assim, o caráter da teoria do Capital Humano⁶ à educação.

Leher (1998) assevera que a partir de 1970 os projetos do BIRD limitavam-se ao financiamento de infraestrutura e energia, mas passou a abranger a questão social para conter o crescimento da pobreza, entre eles a educação que passou a ser privilegiada no acesso aos créditos de financiamento do Banco Mundial.

No início da década de 1970, a “Educação foi considerada, no projeto de desenvolvimento do Banco, como fator direto de crescimento econômico” (FONSECA, 1996, p. 232). Devido a esse fato, o ensino de 2º grau técnico passou a receber maiores ênfases em projetos desenvolvidos pelo Banco junto ao ensino brasileiro. Já no final desta década, a atenção voltou-se para a educação primária, o qual seria apropriado para assegurar às massas um ensino mínimo e de baixo custo como meio de concessão de estabilização econômica no decorrer dos anos de 1980 (FONSECA, 1996). Segundo a autora, essas medidas foram tomadas para proteger ou atenuar os pobres durante períodos de ajustes estruturais e também como fator de controle demográfico para reduzir o crescimento da população pobre.

De acordo com a mesma autora, a organização do MEC e a execução da ação educativa contribuem com a morosidade de realização dos projetos dentro do prazo estabelecido, causando consequências indesejáveis ao desempenho financeiro concedido. Para eliminação desse problema, o BIRD orienta que a administração do MEC trabalhe por meio de unidades especiais de gerência para agilizar as ações rumo à eficiência e eficácia dos projetos de forma semelhante ao modelo organizacional da administração de empresas para o Ministério da Educação.

Por isso há a necessidade compreender o documento “*Prioridades y estrategias para la educación*” do Banco Mundial por este ser a principal fonte de financiamento externo para a educação em países de baixo e médio ingresso escolar e tem como objetivo trabalhar com países clientes para apoiar políticas e projetos para a educação. O documento deixa claro o objetivo fundamental do Banco Mundial, no qual consiste em orientar seu trabalho para educação igual para todos os setores, no que tange a ajudar aos países que têm empréstimos a reduzir a pobreza e melhorar o nível de vida por meio do desenvolvimento sustentável⁷ e o investimento nos seres humanos (BANCO MUNDIAL, 1996).

⁶ A educação no documento é enfatizada por meio da teoria desenvolvida por Schultz (1973) denominada de “Teoria do Capital Humano” em que consiste em investir na educação para o desenvolvimento produtivo (SCAFF, 2007).

⁷ O desenvolvimento sustentável tem sido um dos focos do Banco Mundial a partir da década de 2000.

Conforme Banco Mundial (1996), seu trabalho se concentra em um sistema de educação formal⁸ e no papel que podem desempenhar os governos mediante a ampliação de políticas financeiras e administrativas racionais que estimulem a expansão do setor privado e a melhoria do funcionamento das instituições públicas. O mesmo é claro ao se referenciar aos sujeitos pelos quais destina seu trabalho, como ao Ensino Fundamental, visando a concessão de financiamentos para os países clientes, auxiliando a obtenção das metas recomendadas na Conferência Mundial de Educação para Todos (1990).

De acordo com a referida agência, a educação é um aspecto fundamental das políticas públicas de todos os países em desenvolvimento porque é o instrumento que contribui para o progresso desses países articulados com os preceitos da liberalização política e econômica. Sobre a concepção de educação, o Banco Mundial explica que:

A educação, especialmente a educação básica (primária e secundária de primeiro ciclo), contribui para reduzir a pobreza, aumentar a produtividade dos pobres, reduzir a fecundidade e melhorar a saúde, e a dotar as pessoas das atitudes que necessitam para participar plenamente na economia e na sociedade. De modo mais geral, a educação contribui com o fortalecimento das instituições civis, criam uma capacidade nacional e promovem o bom governo, que são elementos essenciais para a implantação de políticas econômicas e sociais racionais⁹ (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 1-2).

Compreende-se, que ao longo de todo o documento, a concepção de educação é enfatizada como responsável pelo crescimento econômico e redução da pobreza. O mesmo pode ser evidenciado na seção em que fala sobre a redução da pobreza, “[...] a educação pode contribuir consideravelmente com a redução da pobreza. A educação confere habilidades, conhecimentos e atitudes que aumentam a produtividade do trabalho dos pobres¹⁰ [...]” (BANCO MUNDIAL, 1996, p. 30). O que nos implica afirmar que para o Banco Mundial a educação é a forma de ascensão social das camadas mais vulneráveis da sociedade e que a mesma deve ser desenvolvida com eficiência no gerenciamento dos custos, além de proporcionar o desenvolvimento do setor moderno da sociedade capitalista.

A equidade é um termo muito recorrente no documento, porém ele se apresenta semelhante ao termo igualdade. O que não pode ser deixado de vista é que a equidade que tanto se fala no documento é reconhecida como justiça distributiva, na qual distribui as mesmas oportunidades de acesso a todos que tiveram acesso à educação. Portanto, é

⁸ Considera-se educação formal, neste documento, aquela que subsidia certificação na conclusão dos níveis escolares.

⁹ Tradução literal realizada pela autora.

¹⁰ Tradução literal realizada pela autora.

necessário lembrar em que medida o termo equidade social representa abrangência de “todos” nas práticas cotidianas?

A qualidade da educação é entendida no documento pelo nível de eficiência do gasto público, efetivado por meio da gestão educacional. No documento é possível perceber em vários momentos que não é necessário aumentar os recursos financeiros e sim saber utilizá-los de forma eficiente e eficaz (BANCO MUNDIAL, 1996).

Esses termos são relativos à administração gerencial que foi implementada no setor público brasileiro a partir de 1990, com a reforma do Estado e implantação neoliberal ao modo de organização social, política e econômica. Lembramos que o neoliberalismo, ainda, é incentivado e perpetuado por meio de algumas ideias, a saber: o individualismo, a meritocracia, o consumismo e a naturalização da exclusão social. No aspecto educacional vemos que a educação deixou de ser um direito básico, inclusive sendo cada vez mais sucateada e privatizada como temos visto nos últimos anos nos Estados do Paraná, Goiás e São Paulo.

O documento, objetivo de nossa análise neste texto, é dividido em três partes fundamentais, nos quais, as questões relativas a Educação Básica são tratadas de diferentes formas. Na primeira parte, a Educação Básica é apresentada como prioridade dos empréstimos do Banco para subsidiar a erradicação do analfabetismo, o acesso a educação e aos conhecimentos mínimos exigidos pela nova era da mundialização do capital. Nesse momento, o documento apresenta as experiências acumuladas nos países signatários e aproveita para traçar as tarefas para o futuro, nos quais, podemos destacar a educação como desenvolvimento econômico e investimento em capital humano (BANCO MUNDIAL, 1996). Também aproveitam para discorrer sobre as realizações e os problemas educacionais gerados pela falta de eficiência e eficácia da gestão e financiamento da educação.

O documento também evidencia que o nível de capital humano dos trabalhadores afeta a produtividade e que para isso é necessário que a Educação Básica também seja o instrumento para o desenvolvimento econômico apregoado pela sociedade burguesa. As considerações de Frigotto (2002) são pertinentes ao afirmar que a educação que se delineou a partir de 1990 corresponde a formação de um sujeito mínimo, pois esta educação “básica” focaliza sua contribuição no Ensino Fundamental porque é em cerca de um período de seis a oito anos que “o básico” deve ser aprendido, estando em consonância com conhecimentos necessários a produção e manutenção do sistema capitalista. Portanto, as avaliações que se pretende realizar são para mensurar o nível de conhecimentos adquiridos na Educação Básica para ter condições de ter acesso a empregabilidade (CIAVATTA, 2002).

Na segunda parte do documento, são apresentadas algumas reformas essenciais para as políticas educacionais, tais como: a prioridade da Educação Básica, visando o alcance do desenvolvimento econômico sustentável e da redução da pobreza por meio da educação, focalizando a atenção nos resultados das avaliações orientadas pela agência e recomendando todo o currículo escolar a partir dos resultados alcançados, assim orienta as competências que a escola deve alcançar ao ensinar o conteúdo escolar aos seus alunos. A outra reforma essencial orienta a centralização do investimento público na Educação Básica para alcançar a equidade social. Neste ponto, o documento transcreve as orientações para a realização da gestão democrática e estimulação de recursos privados nas escolas, incentivando as parcerias público-privada (BANCO MUNDIAL, 1996).

Na orientação seguinte, o documento apresenta a importância da atenção a equidade social, que visa a possibilidade do acesso a oportunidades de acesso as escolas e aos postos de trabalho, sem considerar a questão da permanência e conclusão da educação dos indivíduos, a qual ainda é problema a ser resolvido no Brasil. Além de focalizar a equidade para as populações mais vulneráveis, também orienta para que seja feita a participação familiar nas instituições de ensino, não como acompanhamento do rendimento pedagógico dos filhos, mas como apoio ao financiamento e gestão da escola.

Assim, também atribui ao seu receituário que a escola deve ser autônoma, na questão financeira de forma a gerenciar os gastos públicos de maneira eficiente e eficaz, como nos traz o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB Lei nº 9.394/1996. A autonomia que as instituições escolares passam a adquirir consiste em uma autonomia relativa, pois a centralidade do planejamento e avaliação ainda subsiste ao Estado e não a sociedade civil “participativa” (BARROSO, 2005).

Na terceira parte do documento, são retratadas as mudanças nas políticas educacionais, mostrando que não basta somente aumentar as taxas de matrícula e alfabetização sem ajustá-los ao sistema da educação à totalidade que se mantém subjugada a economia de mercado. Isto significa que a educação tem que entrar para o rol do custo-benefício e se incorporar a economia de mercado para que a qualidade da mesma venha a ser adquirida com eficiência e eficácia atreladas aos processos de globalização do capital sendo adepta as implicações e perspectivas neoliberais para o seu funcionamento.

Oliveira (2000) considera que o Banco Mundial acredita que a Educação Básica pode contribuir para contenção da pobreza por meio da regulação de políticas educacionais. A autora ainda evidencia que por meio de um discurso humanitário o Banco Mundial visa a redução das taxas de natalidade e inserção das mulheres e meninas pobres nos bancos

escolares e no mercado de trabalho. As iniciativas do Banco também defendem a focalização do Estado nas primeiras quatro séries do Ensino Fundamental, orientando a privatização dos demais níveis de ensino, como é o caso do Ensino Superior (BANCO MUNDIAL, 1996).

Lauglo (1997), ao tecer críticas ao documento estudado, defende a tese de que a educação entendida pelo Banco Mundial é concernente ao caráter produtivo. Sendo fortemente influenciado pelos princípios econômicos, no qual concebe ao indivíduo a responsabilidade de planejar, medir custos e benefícios em favor da eficiência e eficácia do desenvolvimento do setor econômico.

Com esse excerto, podemos perceber como as orientações para as políticas educacionais estão totalmente vinculadas às orientações da agenda neoliberal que proporcionou novas atuações para o Estado e também podemos observar que estas orientações estão bastante próximas ao texto da LDB – Lei nº 9.394/1996.

A regulação social é defendida por Barroso (2005, p. 733) como “um processo constitutivo de qualquer sistema e tem como principal função assegurar o equilíbrio, a coerência, mas também a transformação desse mesmo sistema”. Esse processo, também compreende o ajustamento do Estado e sociedade civil em função dessas regras por meio de políticas educacionais que ocorre fundamentalmente com as orientações do Banco Mundial se estendendo às outras agências internacionais vinculadas a ONU.

Dessa forma, as agências internacionais colocam na centralidade do debate a educação como política social para redução da pobreza e a inserção no mercado de trabalho, por meio do discurso da equidade social. Recomendando soluções para alívio da pobreza por meio de políticas sociais desenvolvidas para que se “inclua” os pobres nas mudanças engendradas pelo sociometabolismo do capital. Dale (2004) afirma que essas mudanças provém da “transformação das condições da procura do lucro, que permanece o motor de todo o sistema” (p. 437).

Compreendemos que as políticas derivadas das agências internacionais atuam como reguladoras, intervindo nos países periféricos, alocando a educação como estratégia de amenizar a pobreza e as desigualdades sociais. Dale (2004) mais uma vez afirma que as orientações das agências internacionais constituem uma “[...] agenda do estado e de todas as suas partes componentes, incluindo a educação, da sociedade capitalista [...]” apoiando “o regime de acumulação, assegurando o contexto que não inibe a sua continua expansão e fornecendo uma base de legitimação para o sistema como um todo” (DALE, 2004, p. 437).

As políticas educacionais que passam a ser focalizadas nas populações mais vulneráveis da sociedade passam a ser chamadas de políticas sociais, de caráter

compensatório e tem como principal objetivo a regulação social. Oliveira e Duarte (2005, p. 283) corroboram que “a política social intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação capitalista e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade”.

Por mais que se questione onde estão as reivindicações sobre a universalização da educação que foram atendidas na Constituição Federal de 1988, a resposta se limita quando percebemos a agenda de modernização do Estado que o Brasil, juntamente com outros “países em desenvolvimento”, precisaria cumprir. Dessa forma, a educação se desvincilhou do caráter de direito subjetivo universal à educação pública e gratuita para se engajar no caráter econômico. Assim, a centralidade na Educação Básica, orientada por agências internacionais e cumpridas por meio das políticas sociais cumpre com somente dois objetivos, a formação para o trabalho, que se mostra cada vez mais precarizado em todos os níveis, e a integração social no novo mundo moderno que se engendra no sociometabolismo do capital.

3. Considerações Finais

As reflexões apresentadas neste texto não são para tecer conclusões prontas, mas para nos desconfortar e compreender que muitas articulações políticas e educacionais que temos visto nos últimos anos, ainda, seguem com as orientações neoliberais das agências internacionais do sistema ONU, em especial, o Banco Mundial.

Mediante a crise do capital, novas estratégias foram sendo criadas como resposta a essa crise. Agências como o Banco Mundial, a CEPAL e a UNESCO passaram a englobar a educação como parte de sua agenda globalmente estruturada pelo sociometabolismo do capital, atribuindo a ela a função de solucionar os problemas econômicos e sociais da sociedade visando a regulação dos pobres e evitando conflitos sociais.

A política que passou a ser vinculada nos “países em desenvolvimento” por meio de orientações de agências internacionais foi a “Educação para o alívio da pobreza” e a partir disso, todo o arcabouço jurídico passou a ser reformado para que o sistema de educação se voltasse às prerrogativas do capital. O discurso humanitário que o Banco Mundial produziu se vincula ao discurso das outras agências internacionais, nas quais, visam a defesa da educação concernente ao caráter produtivo. Sendo fortemente influenciado pelos princípios econômicos, no qual concebe ao indivíduo a responsabilidade de planejar, medir custos e benefícios em favor da eficiência e eficácia do desenvolvimento do setor econômico.

A educação, nesse sentido, é aliada à necessidade do fortalecimento da coesão social e do investimento prioritário na formação de recursos humanos para a regulação social da pobreza. A partir disso, Nagel (2001) nos faz pensar que a educação adequada a “novas premissas” volta as suas raízes burguesas de ser e pensar e com isso influenciam a ação dos homens e também dos Planos de Governo, Diretrizes Educacionais, Pareceres dos Conselhos Nacionais de Educação, Parâmetros Curriculares com metas educacionais advindas de um modo de produção que apenas se atualiza.

Referências:

ALVES, G. A natureza contraditória do Estado capitalista na era na financeirização. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 4, n.6, 1999.

ANTUNES DE SÁ, R. Reflexões sobre o Estado e as políticas públicas. **Dialogia**, São Paulo, v. 3, p.55-64, out. 2004.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación**. Washington: World Bank, 1996.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial, out. 2005.

CIAVATTA, M. A construção da democracia pós-ditadura militar – Políticas e planos educacionais no Brasil. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004.

FIGUEIREDO, I. M. Z. Os projetos financiados pelo Banco Mundial para o ensino fundamental no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1123-1138, set./dez. 2009.

FONSECA, M. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: DE TOMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista Faculdade de Educação** [online], São Paulo, v. 24, n. 1, p. 37-69, jan./jun. 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-25551998000100004&script=sci_arttext>.

Acesso em: 02 abr. 2016.

FRIGOTTO, G. Educação e a construção democrática no Brasil – da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FÁVERO, O.; SEMERARO, G. (Org.). **Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LAUGLO, J. Crítica às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 100, p. 11-36, mar. 1997.

LEHER, R. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para o alívio da pobreza. 1998. 267f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.

NAGEL, L. H. Educação via Banco Mundial: Imposição ou Servidão necessária?. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DE LA EDUCACIÓN LATINO AMERICANA, 5., 2001, São José da Costa Rica. **Anais...** São José da Costa Rica: [S. 1.], 2001, p.1-10.

NETTO, J. P. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: NOGUEIRA, F. M. G.; RIZZOTO, M. L. F. (Org.). **Estado e políticas sociais: Brasil – Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

NOMA, A. K. UNESCO e educação no Brasil a partir da década de 1990: percursos de uma pesquisa coletiva. **Cadernos de Pesquisa**: pensamento educacional, Curitiba, v. 5, n.11, p. 54-73, set./dez. 2010. Disponível em: <
http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq11/4_unesco_educacao_cp11.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. In: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica**: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro** (1944-2008). 2009. 366f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

PERRUDE, M. R. S.; LARA, A. M. B. Políticas públicas para a Educação Básica: os novos padrões de gestão. In: LARA, A. M. B.; KOEPSEL, E. C. N. (Orgs.). **Gestão educacional**: Coleção formação de professores – EAD, n. 37. Maringá: Eduem, 2010.

SCAFF, E. A. S. Cooperação internacional para o planejamento de educação brasileira: aspectos teóricos e históricos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 88, n. 219, p. 331-344, maio/ago. 2007.

SILVEIRA, E. C. C. O espaço das Conferências Internacionais de Educação (CIEs) da OIE/UNESCO e o processo de políticas públicas educativas. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 196, p. 440-450, set./dez. 1999.

SOARES, L. T. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.